

CONSTITUIÇÃO DE UMHA HISTÓRIA LITERÁRIA DE BASE SISTÉMICA: O SISTEMA CULTURAL COMO OBJECTO DE ANÁLISE HISTÓRICA NO PROGRAMA DE INVESTIGAÇÃO DE ITAMAR EVEN-ZOHAR¹

Arturo Casas

Universidade de Santiago de Compostela

Cita recomendada || CASAS, Arturo (2014): "Constituição de umha História literária de base sistémica: o sistema cultural como objecto de análise histórica no programa de investigação de Itamar Even-Zohar" [artigo en liña], 452ºF. *Revista electrónica de teoría da literatura e literatura comparada*, 11, 20-42, [Data de consulta: dd/mm/aa], <http://www.452f.com/pdf/numero11/11_452f-mono-arturo-casas-orgnl.pdf>

Ilustración || Laura Valle

Artigo || Encargado | Publicado: 07/2014

Licenza || Recoñecemento-Non comercial-Sen obras derivadas 3.0 License



Resumo || Este artigo apresenta uma série de considerações, fundamentadas na teoria da cultura polissistémica de Itamar Even-Zohar, sobre a delimitação do objecto de estudo da História literária. O meu propósito é analisar de um jeito orgânico os quatro reptos metodológicos do funcionalismo dinâmico e o modelo sistémico na sua aplicação à história diacrónica. Estes retos som: 1) entender as interações polissistémicas, extra-sistémicas e subsistémicas, assim como também as fronteiras entre culturas sistémicas como alternativa à metodologia comparatista tradicional; 2) incorporar como objecto de estudo nom só produtos/textos senom também o que a teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu descreve como “espace des possibles”; 3) examinar um modelo de seqüenciação capaz de elucidar os policronismos dinâmicos e os cambios sistémicos; e 4) conformar umha selecção crítica de datos que sejam susceptíveis de historização e ajustar um diálogo com outros modelos historiográficos concorrentes.

Palabras Chave || Teoria dos Polissistemas | História literária | Literatura Comparada | Fronteiras | Teoria dos Campos Sociais.

Abstract || This article presents a series of considerations, founded on Itamar Even-Zohar’s theory of polysystemic culture, regarding the delimitation of Literary History’s object of study. My purpose is to analyze organically the four principal challenges of dynamic functionalism and the systemic model in their application to diachronic history. These challenges are as follows: 1) to understand polysystemic, extrasystemic and subsystemic interactions as well as the borders between systemic cultures as an alternative to traditional comparative methodology; 2) to incorporate as objects of study not only products/texts but also what Pierre Bourdieu’s theory of social fields describes as “espace des possibles”; 3) to test a sequential model capable of elucidating dynamic polychronics and systemic changes; and 4) to configure a critical selection of data that is susceptible to historicization and put it into dialogue with other concurrent historiographic models.

Keywords || Polysystem Theory | Literary History’s | Comparative Literature | Borders | Social fields theory.

O propósito das páginas que seguem é fixar de maneira esquemática umha posição sobre algunhas linhas de desenvolvimento da História literária (HL) e sobre a percepção da sua crise como disciplina, para depois concretar um corpo de propostas referido a umha mudança de rumo na definição e delimitação do objecto de estudo, que o será também nas opções metodológicas adoptadas nesse giro heurístico. A posição que se vai fixar vem marcada por um carácter sócio-semiótico e sistémico, e vincula-se a dous factos constatáveis. Em primeiro lugar, que a HL deixou de existir como disciplina unificada ou ainda coesa. A inegável resistência de modelos e práticas tardo-positivistas, afiançados sobretudo no campo educativo, administra uns procedimentos e umha autoridade herdadas, mas esta deve dedicar cada vez maiores esforços a justificar-se e aqueles som percebidos desde os sectores menos acomodados como claramente inerciais por estarem esgotados os seus programas-base. O segundo facto tem que ver com as novas prioridades da HL, concentradas a dia de hoje no estabelecimento de um objecto de estudo pluralizado e inter-relacionado no campo sociocultural, irredutível a narrativas lineais e incómodo com a autoridade discursiva central, ligada a fórmulas obsoletas e, a fim de contas, deshistorizantes². Umha consequência é a traslação a plano secundário do debate propriamente metodológico, em algunha medida posposto enquanto nom exista um acordo de mínimos relativo a que é o que a HL deve historiar e com que escala deve fazê-lo³.

Contodo, a cartografia internacional da HL nom se move em bloco. Trás os processos de descolonização, e também pola emergência de programas nacionalistas em espaços geoculturais ou administrativos submetidos ou assimilados, existem entidades (nom só nacionais) que empreendêrom *processos aprazados* de construção nos que a HL adquiriu de novo um claro sentido social-pragmático. Essa planificação historiográfica convive no tempo —ou ainda no espaço— com movimentos de signo contrário que afectam outras entidades (digamos de novo *nacionais*). Em ocasiões, ocorrerá até que no mesmo espaço geocultural e em simultaneidade distintos agentes activem processos inversos e que se acabem encontrando no conflito de discursos, estratégias e programas, em parte dirigidos a destacar a contingência ou a ilegitimidade das planificações alternativas à própria. Sabemos bem que a HL de base nacional é um plano performativo validado por necessidades de coesom sociocultural e política específicas, amiúde muito marcadas polas urgências históricas. Cobertas essas necessidades, a HL nacional esgota-se como projecto e cede espaço a planos alternativos, entre o regional e o mundial, entre a regionalização —a escala menor ou maior que a própria nação— e a mundialização da perspectiva histórica. Em umha ordem complementar, a HL nacional tolera contra-discursos destinados a reverter silêncios e ocultações. De facto, a aporia da

NOTAS

1 | Este artigo publicou-se originalmente em galego no volume 10 de Veredas. Revista de publicação semestral, de dezembro de 2008.

Agradecemos ao equipo de Veredas a sua generosidade ao permitir a sua publicação neste monográfico. Pode consultar o artigo original em: http://www.lusitanistasail.org/descargar/veredas_10.pdf

2 | Deshistorizantes porque sustentam a ideia de que a evolução literária obedece a ajustes autónomos que nom precisam atender as relações históricas do delimitado apenas como *contexto*.

3 | Resulta indicativo o início de um breve artigo de M.L. Gaspárov, vinculado com a escola de Tartu e autor de *A History of European Versification* (1996). O original russo do artigo, de 2003, começa assim: «A la pregunta “¿cómo escribir la historia de la literatura rusa?” me hubiera gustado responder enseguida: no hace falta escribirla de ninguna manera, ya que ahora mismo no la escribiríamos bien: no hay material» (Gaspárov, 2007). Outra perspectiva da complexidade da tarefa é a anotada por Heidrun Olinto (1996: 42-43) tendo à vista as recentes teorias alemãs sobre umha mudança no programa tradicional da HL, em especial as devidas a S.J. Schmidt. Neste caso, a atenção dirige-se à dúvida sobre a existência de historiadores preparados (epistemológica, intelectual, academicamente) para assumir tal repto.

estabilização nacional (ou da últimação de um processo dado de construção nacional) conduz com frequência à assunção política de que toda História (literária) é um projecto frustrado que ou bem se deveria refutar ou bem se deveria desconstruir⁴. Porém, se a crise nacional se acentuar aparece com frequência umha rectificação de signo unitário e «patriótico». Um caso claro é o representado pola Hungria de finais do século XIX, quando os modelos historiográficos nacionalistas de Zsigmond Bodnár e de Zsolt Beöthy tentárom frustrar qualquer alternativa *nom nacional-estatal* e qualquer movimento de integração da produção cultural das plurais minorias lingüísticas e *etno-nacionais*, algo que sim contemplara meio século antes, polo menos parcialmente, o modelo historiográfico de Ferenc Toldy.

Em termos gerais, a resistência à mudança heurística e metodológica na HL carece de comparação no marco das práticas historiográficas e das disciplinas humanístico-sociais. A partir da demorada crise do positivismo, as iniciativas de dinamização originárom-se basicamente fora da comunidade académica dos filólogos-historiadores. A intransigência corporativa experimentou-se com frequência como umha luta por preservar o domínio epistémicoideológico e o controlo didáctico dos saberes literários e da sua institucionalização. Também, ao mesmo tempo, como umha estratégia autonomizadora e monopolizadora para deixar o literário à margem da confluência com outros produtos culturais ou sociais e, em sentido amplo, para preservá-lo, em sentido escolástico (Bourdieu 1994), da própria história. Apesar disto, a HL nom está esgotada como disciplina. Paradoxalmente, e ante todo, por ser História.

Desde as correcções aplicadas na parte final do século XVIII, de forma sucessiva como catálogo, erudição enciclopedista ou história filosófico-causal, as mudanças na HL incorporárom-se quase sempre da mão de assimilações provenientes do debate metodológico referido à História reconhecida como disciplina-quadro. Esse debate implicou de modo progressivo a abertura das distintas historiografias a outras ciências humanas e, bastante mais adiante, um questionamento profundo da centralidade do acontecimento histórico, algo previsto em algum modo já por Voltaire e por Madame de Staël. Por contra, a incidência efectiva da teoria literária e da nascente comparatística no processo disciplinar da HL resultou modesta, discreta e diferida. As excepções som escassas. A única clara no âmbito da romanística europeia, já no século XX, seria a da estilística idealista, em realidade um processo de retroalimentação da própria historiografia umha vez considerada a repercussão da leitura crítica que Croce formulou sobre o pensamento de Hegel, com resultados tam díspares como os oferecidos por Spitzer e por Vossler. Noutros espaços haveria que mencionar o peso do materialismo histórico e do pensamento sociológico marxista, assim como a muito adiada influência dos

NOTAS

4 | É legítima (e pertinente) a dúvida sobre a funcionalidade de qualquer automatismo que postule umha recondução a termos historiográfico-literários do binómio *crítica da identidade/crítica da diferença*. As práticas contra-historiográficas ou as que se formulam como supletórias de um discurso histórico (canónico, oficial...) de referência, incluído todo o que Dominick LaCapra (2004) delimita como *giro experiencial* da historiografia, se nom se resolvem em termos relacionais, podem auto-limitar-se e postular-se subsidiárias de raiz. O melhor campo de provas, como sugere Mario J. Valdés (em Hutcheon & Valdés, 2002: 65), poderia ser o usuário geral da HL: comprovar em que medida recebe e em que grau assume as contra-propostas parciais. As contradições que surgem desse campo conformam um dos apoios da posição de Valdés em favor de umha *história efectiva*, noção proveniente da hermenêutica da consciência histórica de Paul Ricoeur. Para Valdés (2002: 67), «Effective literary history begins with the recognition that history, and literary history in particular, is effective insofar as it is used and is of use to would-be readers; it is a concept deeply aligned with the idea that we are affected in the present by our sense of the past».

debates protagonizados polo círculo Bakhtine. E pouco mais até aos derradeiros vinte anos do passado século. Resulta neste sentido mais que significativo o tempo que se demorou em assimilar o legado último das posições funcionalistas de Jakobson, Tinianov e Sklovski sobre a nome equiparabilidade de *sincronia* e *sistema*, sobre a determinação iniludivelmente sistémica de toda evolução e sobre a possibilidade de uma história do sistema literário superadora da história genética da literatura e do imanentismo lingüístico-literário de linhagem saussureana (Steiner, 2001: 99). As posições dos formalistas russos seriam reelaboradas nos primeiros anos 40 por Felix Vodička (1995) no quadro das investigações da Escola de Praga. Estas últimas permaneceriam inaplicadas na prática, entre outros motivos pela complexidade de uma combinação eficaz das dimensões sociológica, fenomenológica e estético-axiológica, propostas pelo teórico checo em dependência de um propósito de fundo reconstrutivo. Vodička, em efeito, perfilou a tarefa inicial da HL na reconstrução da norma literária em um espaço-tempo dado e na hierarquização do conglomerado formado por obras e valores estéticos tal como sucessivamente se concretizam no gosto de público e crítica.

Em uma série de trabalhos publicados nestes últimos anos salientei a indissociabilidade do curso da HL e o correspondente à matriz que por antonomásia reconhecemos como História. Trata-se de laços evidentes, mas amiúde desvalorizados no que representam desde um ponto de vista operacional e funcional. De uma série de dez considerações anotadas em uma publicação do ano 2000, interessante agora recuperar em particular a que abria a relação. Insistia na existência de um conjunto de problemas/respostas iniludíveis partilhados pela História e a HL, como mínimo no tocante a duas esferas: as implicações entre narração e construção (com posições como as de Ricoeur, White, Gadamer, Koselleck, Derrida, Skinner, Schmidt, Ankersmit...) e a função social e institucional das disciplinas históricas. Também assinalava algumas noções com capacidade de articulação do discurso historiográfico e de centrar possíveis leis disciplinares da HL, entre elas as de *mudança literária*, *desenvolvimento gradual*, *explosão cultural* e *processo interliterário*, para as que os referentes teóricos seriam Vodička, a Escola de Tartu, a Escola de Bratislava, a teoria dos polissistemas, Bourdieu, Wallerstein e Martindale. Algumas dessas noções serão retomadas aqui, fundamentalmente desde as premissas da semiótica pragmática e das teorias sistémicas, tendo presentes assim mesmo as observações de Bourdieu, nas suas *Méditations pascaliennes* (1997), em torno às práticas deshistorizantes e às resistências à *historicisation* nos programas habituais aplicados por filósofos e filólogos para a constituição de uma história da filosofia ou de uma história da literatura. O esquecimento da história nesses âmbitos associa-se para Bourdieu à prevalência de uma tradição

(Kant, Hegel, Heidegger) que em realidade ritualizou a correlação texto-cânon-exegeta e que se desentendeu da análise da produção-recepção e dos processos de canonização em sociedades históricas concretas. A propósito da mudança literária/cultural e das discontinuidades na história, um referente iniludível é, por suposto, Foucault, se bem de Saussure a Lotman ou Martindale existe uma linha de reflexo sustentada no século XX sobre a aparição do aleatório e do casual nos processos lingüístico-culturais.

*

A opção sistémica em HL pressupõe tomar consciência da existência de pelo menos quatro reptos de importante calado e nome simples resolução: 1) a explicação dos limites sistémicos ou de campo e as interações sistema-extra-sistema, sistema-polissistema e sistema-subsistema; 2) a incorporação efectiva de todo quanto se entende como *produto sistémico*⁵, o qual, em boa lógica, deveria implicar também a introdução relacional do que na teoria dos campos sociais se define como *espaço dos possíveis*⁶; 3) a decisão sobre o modo apropriado de incorporar a diacronia sistémica⁷, que no fundamental obedecerá ou bem a um critério seqüenciador da dialéctica continuidade/mudança que percorra com detalhe um trecho temporal —solução que cabe ver como a tradicional— ou bem a um critério comparativo de cortes temporais nome consecutivos que se lêem como sucessão discreta de momentos-estados submetidos a contraste sistémico, dando passo assim ao que com Itamar Even-Zohar podemos chamar *polícronia dinâmica*; e 4) a recondução do factor crítico que toda história cultural assume ainda que só seja por duas razões, pelas implicações derivadas de considerar ou nome considerar *selectivamente* determinados factores, produtos e agentes participantes nas actividades literárias e, em segundo lugar, pela representação da diferença em relação com o que Michel de Certeau (1975: 63-120) chamou a *operação historiográfica*, que nome só habilita discursivamente o que já nome está senão que ademais constitui uma historização do actual, o qual faria inequivável a vertente crítica. Parte das considerações feitas, com atenção particular ao alvo da heterogeneidade, complicado sempre de encaixar em qualquer narração/descrição historiográfica, conflui nas observações que seguem, pertencentes ao artigo «System, Dynamics, and Interference in Culture: A Synoptic View», de Even-Zohar (1990: 87):

The system concept had, however, to undergo several modifications in order to accommodate the conception of *stratified heterogeneity*. Firstly, it became necessary to recognize that both synchrony and diachrony should be admitted as systemic dimensions, and therefore that the idea of system need not be exclusively identified with static synchrony (but could be viewed as dynamic polychrony). Secondly, it was necessary to recognize that the idea of system does not imply that there can be

NOTAS

5 | «By “product” I mean any performed set of signs and/or materials, i.e., including a given behavior. Thus, any outcome of any action, or activity, can be considered “a product,” whatever its ontological manifestation may be, be it a semiotic or a physical “object”: an utterance, a text, an artifact, an edifice, an “image,” or an “event.” In other terms, the product, the item negotiated and handled between the participating factors in a culture, is the concrete instance of culture. Obviously, a culture product is any implemented item of the repertoire of culture» (Even-Zohar, 2005: 25).

6 | Nas páginas introdutórias ao seu trabalho de 1990 Even-Zohar chamou a atenção sobre o facto de que Bourdieu alcança-se conclusões próximas —«in some areas superior»— às do funcionalismo dinâmico sem que se produzisse nenhuma conexão ou aproximação teórica efectiva (Even-Zohar, 1990: 3).

7 | Incorporação que em si mesma constitui já uma prova de notável complexidade para o modelo sistémico, muito mais rodado e melhor testado em coordenadas sincrónicas; as quais, por suposto, som também históricas, segundo reitera Even-Zohar em distintos lugares. De todos os modos, tem interesse lembrar que a partir de 1968 as formulações pioneiras das teorias sistémicas de Ludwig von Bertalanffy no marco de uma biologia orgânica discriminavam entre os significativamente denominados *nível estrutural* e *nível funcional* dos sistemas, respectivamente atentos às suas vertentes estática e dinâmica.

observed/hypothesized for any number of phenomena just *one* system, i.e., one network of relations. To speak of an activity, be it language, literature, culture, or «history» in general, as single systems is a heuristic simplification rather than an adequate theory.

Lotman e Uspenski (2000: 190), na sua análise dos processos de autoconsciência e modelização cultural, mencionam assim mesmo o erro habitual em muitas histórias literárias de superpor sobre a descrição rigorosa da literatura/cultura umha uniformização destinada a alcançar a unidade orgânica e a eliminação de contradicções. Regressarei a isto mais adiante, em particular à ideia limitativa dos sistemas únicos, que em efeito sustenta boa parte das plasmações historiográficas —literárias ou nom, sistémicas ou nom— as que estamos habituados. Um *sistema único* entenderá-se aqui como aquele que exclui a relevância empírica de redes de correlação alheias à considerada para a postulação do sistema como entidade existente. Por exemplo, as nações e as literaturas nacionais apresentam-se quase sempre, na prática historiográfica e na historiográfico-literária respectivamente, como sistemas únicos. É mais, na maior parte das operações históricas/historiográficas dá-se por suposto que sem redução de campo nom há objecto. Por suposto, em termos práticos há algo de razoável em umha decisão deste tipo, mas o certo é que, por abuso nom só heurístico, resulta corrente que o excluído passe a ler-se como inexistente.

É comprovável que as dinâmicas identitárias costumam conjugar com perícia essa classe de operativos. O anterior pressupom que por umha decisão limitativa e simplificadora, ao tempo assumida como legítima e até como apoditicamente fundamentada, deixam de observar-se e de valorar-se como pertinentes redes concorrentes doutros factores correlacionados. Como é lógico, essas redes podem incorporar por desdobramento alguns dos factores já considerados para postular a existência do sistema pré-dado (associados agora a outros factores e/ou a outras redes) ou, alternativamente, outros factores nom incorporados mas que em efeito existem, intervêm e interactuam. E nom só o fazem com outros presentes em algumha das redes excluídas senom também, com muita probabilidade, com os próprios factores integrados na rede constituinte do suposto sistema único. Umha comunidade de consumidores CC adscrita a um sistema cultural SC1 pode perfeitamente simultanear actividades de consumo perceptíveis, e até determinantes no mercado e/ou no repertório, em um sistema cultural SC2 diferente; e em tal medida que até possa chegar a questionar-se a adscrição primária de CC a SC1. Portanto, o sistema único nom só ignora a existência de possíveis redes alternativas à rede sustentadora do sistema senom que ademais exclui que algum dos seus factores possa sê-lo, em simultaneidade, doutro sistema.

Umha nova exemplificação dotará de maior claridade o que se quer dizer. Na sua reformulação da teoria dos polissistemas, Even-Zohar (2005: 31) apresenta a instituição e o mercado como os intermediários entre as forças sociais e os repertórios culturais. A questão é que em situações culturais desenvolvidas e não submetidas a uma excepcional pressão uniformizadora e censora não existe possibilidade de um mercado único nem de uma instituição única, como tampouco de um repertório único. Evidentemente, isto é assim em sociedades multiculturais caracterizadas ou não por processos de hibridação, mas é assim também em sociedades supostamente coesas. O mercado é sempre plural, o mesmo que o repertório. Segundo acaba de ver-se, sectores do mercado de um suposto sistema único participarão em mercados alternativos e/ou extra-sistémicos, e o mercado desse suposto sistema único será participado por consumidores associados de raiz a outros sistemas. Isto não é uma rareza, mais bem é a norma. A aceitação de que todo sistema é em realidade um polissistema ou «sistema de sistemas» não é suficiente para desocupar-se deste complexo assunto, com óbvias repercussões na translação diacrónica do problema e com evidente incidência na historização correspondente. De facto, em uma HL de base sistémica não só seria inadmissível a postulação de um sistema único, também resultaria inaceitável o critério de localização única aplicado aos objectos de análise. Todo acto histórico e todo sujeito histórico formam parte de planos históricos plurais, pelo que nenhuma realidade histórica pertence a um plano-relato único. Um dos problemas, então, é o da adjectivação identitária da HL sistémica, pois ainda que seja em um nível secundário esse tipo de chaves (territoriais, culturais, sociais, lingüísticas...) acabam por aparecer. E quando não o fazem é simplesmente devido a alguma classe de malentendido conceptual ou impostura epistemológica (p.e., a que leva a identificar *sistema literário* e *literatura nacional*, tão corrente). Em realidade, o problema dista de ser novo. Qualquer historiografia literária deve geri-lo optando por algum critério de axialização e vertebração. A diferença radica em que uma HL não sistémica e/ou não empírica promoverá a naturalização de tal critério, enquanto que o operativo irrenunciável de uma HL sistémica deveser sempre o contrário: renunciar a camuflar a decisão, sacá-la à luz ao lado da complexidade de base e mesmo aprofundar na sua problematização relacional e funcional. Antes de regressar a este terreno perfilarámsse outras análises parciais que contribuam a estabelecer um marco de observação conjunta.

Resulta claro que especificar o objecto de uma história determinada tem consequências sobre a classe de conhecimento que se aspira a constituir e sobre o tipo de discurso associado a tal eleição. A história da biologia e a história da arquitectura, por exemplo, compartilharão alguns operativos e decisões. E sem dúvida divergirão noutros. Não só por atenderem realidades objectivamente diferenciadas

senom também porque noções como *organismo* ou *construção* são problemáticas de seu e porque não estão dadas de antemão de maneira inequívoca, contando cada uma delas com uma história conceptual própria (Koselleck) ao longo do tempo. E noutro plano, ademais, porque os discursos habilitados para informar sobre a diacronia conceptual associada a essas noções e à sua evolução são igualmente plurais. Nesta ordem de coisas, se se considera o tempo transcorrido desde a Ilustração, costuma-se aceitar como lógico que em termos comparativos a história da biologia, obrigada a incorporar os processos específicos da bioquímica, da biologia molecular, da genómica e outras disciplinas convergentes, ampliasse o seu núcleo de atenções bastante mais do que precisou fazer a história da arquitectura.

A este respeito cabe ainda uma observação complementar, usual como tema recorrente de debate em práticas historiográficas do tipo das citadas mas quase ausente na esfera da historiografia literária. Trata-se da questão da idoneidade do perfil autorial associado ao campo de especialização. Em definitiva, simplificando algo as coisas, a decisão sobre se a história da arquitectura deveria ser responsabilidade de um historiador ou de um arquitecto. Ou sobre se a história da biologia corresponderia a um historiador ou a um biólogo, ou em geral a alguém versado em ciências experimentais. Essa classe de correlação não é tão clara na historiografia literária. Existem por suposto casos de histórias literárias feitas por poetas e escritores (de Ronald de Carvalho a Max Aub ou Emma Donoghue), mas o debate sobre se a HL poderia corresponder plena ou parcialmente aos historiadores (promovido em termos teóricos por Lucien Febvre, Roland Barthes e tantos outros) resultou descontinuo e muitas vezes foi calado antes de tempo pelos poderes corporativos e as inércias académicas.

Em todo caso, depois da experiência da escola de *Annales* parece consolidada uma compreensão das diversas formas da historiografia como programas que só garantem rigor e utilidade a partir da constituição de grupos de trabalho colaborativo interdisciplinares e plurais. Lembre-se que das quatro grandes vertentes programáticas anunciadas por Lucien Febvre em 1947 ao se fazer cargo da sexta secção da École Pratique des Hautes Études de Paris, uma se orientava precisamente à procura de um reencontro entre as ciências humanas e outra à promoção da investigação colectiva entre equipas de historiadores e outros especialistas. Nessa linha, pode conjecturar-se que em um futuro não distante se contemplará como anacrónica e pouco fiável qualquer postulação de uma autoridade e de um discurso historiográficos ligados à individualidade do sábio/informador. Provavelmente, acabou para sempre o tempo das narrativas historiográficas unipessoais e o das expectativas associadas⁸. E não me parece que essa prevenção demore em

NOTAS

8 | Refiro-me com esta última expressão a situações como a vivida pela academia e a intelectualidade espanhola e latino-americana que a finais do século XIX esperaram longamente por uma proposta historiográfico-literária de Menéndez Pelayo que nunca chegaria a concretar-se. González-Millán (2006) compilou os documentos epistolares referidos a essa espera no período 1877-1901. Inclui correspondência sobretudo com Juan Valera, Gumersindo Laverde Ruiz e o colombiano Miguel Caro.

estender-se assim mesmo aos grupos de historiadores submetidos a umha coerência epistemológica blindada e a umha coesom programática e estratégica percebidas como excessivamente rígidas, disciplinadas e autotéticas. É provável, porém, que os leitores futuros demandem de maneira incondicional resolver por si próprios as contradições que os dados e as interpretações cruzadas das equipas de historiadores ponham sobre a mesa. Assim as cousas, parece provado que o maior repto público (social, político) da HL é a renegociação da autoridade narrativo-historigráfica e administrativo-institucional que está nas suas próprias raízes disciplinares. E a este respeito, nom me resistirei a deixar anotada umha advertência destinada a evitar possíveis simplificações.

Trata-se do seguinte: sem dúvida, existem formas de autoridade à margem do relato omnisciente e fora dos mecanismos de controlo do narrador-historiador. A renúncia à narrativa no ofício do historiador, que como tem lembrado Peter Burke é umha reclamação presente já no século XVIII⁹, nom pressupom de seu a desactivação daqueles mecanismos nem a superação de dependências deterministas, explicativas, causais ou teleológicas. Tampouco pressupom necessariamente umha suspensom da seqüencialidade, a linearidade, a continuidade ou o causalismo. Assim, pois, a suposição segundo a qual a mudança de rumo expressada por Lawrence Stone (1981) como passagem de um modo analítico a outro descritivo representaria umha correcção mas nom umha impugnação dos «excessos» da historiografia narrativa deve calibrar-se com atenção.

Igual que trás toda narrativa há sempre um eu-narrador(-focalizador), há também, sempre, trás todo discurso descritivo um eu-descritor(-focalizador). A opção em prol da descrição nom pressupom de seu um seguro de objectividade ou de nomintervenção sobre a matéria da análise. Mais ainda: nom é evidente a existência de dous princípios construtivos ou estruturas formais contrapostos na HL (narrar/descrever) —no sentido exposto por exemplo por Remo Ceserani (1990: 17-32)— se essa oposição se extrapolar fora do paradigma do historicismo teleológico nacionalista próprio do século XIX.

Voltemos agora brevemente ao debate aberto a propósito da historização da biologia e da arquitectura. Com a noção de *literatura* e com a historicidade associada som precisas algumas esclarecimentos e certas precauções comparáveis às associadas aos conceitos antes mencionados de *organismo vivo* e *construção*. De facto, os resultados da HL dificilmente podem homologar-se quando se consideram práticas suficientemente afastadas no tempo. Isto é assim, de entrada, porque aquilo ao que fai referência o nome *literatura* constitui domínios muito distintos a finais do século XVIII e

NOTAS

9 | O escocês John Millar constitui um bom exemplo, sumamente interessante ademais desde o ponto de vista sistémico.

a começos dos séculos XX ou XXI. Porém, existe umha tendência inercial e essencialista, inconveniente em suma, a pensar que essas diferenças som apenas de matiz. Em conseqüência, assimila-se que o rótulo *História literária* nom só conserva vigência plena senom ademais que é legítimo falar de continuidade epistemológica e funcional entre práticas historiográficas separadas por duzentos anos e por considerarem objectos de estudo tam dissímeis como os que por caso aparecem no modelo de Girolamo Tiraboschi (*Storia della letteratura italiana*, 1772-1781) e no dirigido por Alberto Asor Rosa (*Letteratura italiana*, 1982-1996). Neste quadro, talvez conviria começar por explicitar que só por umha espécie de pacto nom escrito aceitamos que se fale de umha única disciplina apesar de os campos objecto de historizaçom diferirem tanto. Isto explicaria, contemplado desde um prisma diferente, a renúncia ao uso da palavra *história* em determinados projectos plenamente historiográficos. E até o feito de que haja quem opte por preterir o rótulo *literatura* em favor doutros como *cultura literária*, quando nom *vida literária* ou *campo literário*.

As modalidades historiográficas entendidas como práticas discursivas possuem de seu umha dimensom performativa com umha dobre vertente, a dirigida à comunidade referenciada (*sujeito da história*, chamou-se-lhe em certa altura) e a dirigida à comunidade referente, reguladora e institucionalizadora da operaçom e do conhecimento historiográficos. Enquanto a primeira se configura com agentes históricos vinculados pola sua relaçom directa com o objecto prefixado e por alguma forma de conexom de contigüidade e continuidade que os une no espaço-tempo como grupo (cultural, lingüístico, religioso, social, nacional...), a segunda integra os agentes que documentam, constroem, discursivizam... a história e que participam em um diálogo científico e em umha pugna epistemológica e ideológica polo controlo do saber e da sua incidência na esfera pública. Sergio Sevilla (2000: 140-159) vincula acertadamente esta performatividade com umha mudança epistemológica pola qual a *theoria* —antes «duplicado conceptual do real»— passou a tratar-se como *poiesis*: a historiografia afrontou assim um giro retóricopragmático, de modo tal que o imaginário passa a ser o que constitui a realidade social, e é a teoria a que produz, em sentido *poiético*, o mundo (White, Durkheim, Mauss, Castoriadis).

Nada do anterior exclui a marca crítica do conhecimento histórico: será sempre a intervençom historiográfica a que para começar questione as conexons de contigüidade e continuidade e a própria existência da comunidade postulada como objecto específico de atençom. Descontinuidades e alteridades podem encaixar assim, mediante procedimentos diversos, na série historiográfica, originando até a refutaçom de objectos/identidades considerados e acordados por consenso como existentes noutros momentos e/

ou desde outras perspectivas; ou, contrariamente, reclamando a incorporação de objectos/identidades inobservados ou excluídos pela comunidade reguladora do saber histórico. Um aspecto destacado da dimensão prático-agencial dos historiadores e dos seus discursos radica na possibilidade de uma aplicação não excludente de métodos e de escalas, assunto que volta convocar a ideia de pluralidade e que me parece oportuno destacar. As escalas, por exemplo, aplicadas sobre um mesmo núcleo de referência submetido a uma contemplação em diferentes níveis, originam propostas não necessariamente antitéticas nem contraditórias (tampouco necessariamente complementárias, lidas desde um ponto de vista informativo). As cartografias e as escalas, contempladas em chave de aplicação histórico-literária, sinalam a inexistência de comunidades isoladas ou impermeáveis frente ao seu exterior/limites ou frente a outras comunidades¹⁰. E não só isso, senão que ademais põem em questão a própria identidade comunitária se esta se postular sobre bases monoparamétricas (língua, religião, género, unidade administrativa...). Dito com maior precisão: o que põem em questão é o consenso sobre a postulação/invenção de uma entidade funcionalmente admitida como sujeito histórico.

O anterior não significa que fique impugnada qualquer prática historiográfica de escala única, seja esta menor ou maior. Não muito menos. Mas sim introduz uma reserva de forte calado heurístico e epistemológico, que pode traduzir-se nos termos seguintes: *«quanto aqui se diga é o resultado de informar/interpretar como se a escala activada fosse a única ou a mais apropriada para a finalidade estabelecida»*. Obviamente, essa finalidade é susceptível de variação, pois dependerá de critérios diversificados e irreduzíveis que vão desde uma suposição de não-intencionalidade ou intencionalidade não marcada até alguma classe de compromisso *a priori* (académico, sectário, ideológico...). E que dizer sobre os métodos? Como mínimo, outro tanto.

Regressemos à questão da performatividade, agora em associação com os princípios construtivistas que a teoria dos polissistemas assume. Quiçá convenga começar por uma afirmação: não há possibilidade (nunca a houve) de uma historiografia (literária) não performativa. Isto é assim porque toda história é uma tomada de posição por parte de algum agente que intervém como sujeito de um acto comunicativo-performativo. Um complemento necessário para esta afirmação é o seguinte: cada vez é mais limitado o espaço para uma História (literária) não empírica. Essa possibilidade existiu no passado, de facto há mostras numerosas dela; porém, apesar do carácter performativo da intervenção do historiador e em condições de normalidade hoje resultaria anacrónica e intelectualmente recusável uma alternativa que se evadisse dos dados em direcção a alguma ordem metafísica ou transcendente,

NOTAS

10 | Considere-se a este respeito o enunciado do primeiro princípio da interferência literária/cultural em Even-Zohar, que em «Polysystem Studies» formulou como «Literatures are never in non-interference» (Even-Zohar, 1990: 59) e em *Papers in Culture Research* como «Interference is always imminent» (Even-Zohar, 2005: 57).

ou até a um manifesto ponto de fuga teleológico. Como é óbvio, isso não anula as consequências do relativismo discursivo nem as derivadas do conhecido como giro lingüístico. Tampouco as devidas à marca construtivista referida à correlação entre a teoria e os seus objectos, que leva a Even-Zohar (1990: 3) a afirmar que o único modo adequado ou viável de observar um determinado objecto de investigação é através do estabelecimento de hipóteses segundo as quais aquele está efectivamente sujeito a um conjunto localizável e relativamente sucinto de leis, cujo descobrimento e formulação deveria constituir o objectivo de toda ciência.

A teoria dos polissistemas de Itamar Even-Zohar apresentava-se em 1978 como uma aproximação propícia à análise da metodologia histórico-cultural e à concreção de alternativas aplicáveis em particular ao tratamento historiográfico dos sistemas dependentes ou minorizados, talvez porque essa era já desde dez anos antes uma das preocupações básicas do próprio Benjamin Harshav (Hrushovski), comparatista e professor de Poética na Universidade de Tel Aviv e um dos referentes da Unidade para a Investigação da Cultura¹¹. Porém, a perspectiva histórica evidencia-se com menor ênfase nas posteriores compilações de trabalhos de Even-Zohar (1990, 2005, 2007), se bem costuma deixar-se clara a dupla possibilidade programática apresentada como uma teoria dos sistemas estáticos e uma teoria dos sistemas dinâmicos. Um aspecto destacável dessa alternativa é o que se expressa com firmeza nestes termos: «it must be admitted that both synchrony and diachrony are historical, but the exclusive identification of the latter with history is untenable» (Even-Zohar, 1990: 11).

*

A nossa atenção deve cingir-se neste momento à resposta que uma HL de fundamentação sistémica está capacitada para oferecer à série de quatro reptos heurístico-metodológicos antes citados, que não estará de mais sinalar que são convergentes e interdependentes. Resumiremo-los deste modo: 1) concretizar em perspectiva dinâmica os limites sistémicos e as interacções polissistémicas, extra-sistémicas e subsistémicas; 2) incorporar com sentido relacional não só produtos senão também possíveis; 3) optar entre o modelo da seqüenciação tradicional ou o da policronia dinâmica para dar conta da evolução e das mudanças sistémicas; e 4) conformar uma selecção (crítica?) de dados heterogéneos historizáveis e ajustar, se não uma *história efectiva* em sentido pleno, sim pelo menos um diálogo com os constructos historiográficos prévios ou concorrentes.

A questão dos limites na teoria de sistemas é fulcral desde que Niklas Luhmann assumiu os postulados de Humberto Maturana e

NOTAS

11 | Os epígrafes «história da literatura», «história cultural» ou «modelo histórico» vertebram o sumário e os conteúdos de *Papers in Historical Poetics* (Even-Zohar, 1978). Sobre isto mesmo, veja-se a análise parcialmente divergente de González-Millán (2001: 306), quem considera que em Even-Zohar há uma incorporação de um horizonte histórico sobre o modelo inicialmente constituído, mas que foi obstaculizado pela «mediación dun esquema heurístico excesivamente sistemático e abstracto».

Francisco Varela sobre a autopoiese. Como sinala Maldonado Alemán (2006: 19-23), em Luhmann os *sistemas sociais autopoieticos* som sistemas autónomos que se organizam de forma auto-produtora, autoreguladora e auto-referencial e que estabelecem uns limites diferenciadores com o seu entorno. Assim entendida, é claro que a autopoiese mantém pontos de convergência com o que noutras plataformas teóricas podem representar a cultura como sistema semiótico modelizante na semiosfera (Lotman), o *habitus* no campo social (Bourdieu), o repertório no sistema cultural (Even-Zohar) ou a vida textual e a vida antro-po-social nas coordenadas da instituição literária (Moisan). Maldonado Alemán (2006: 27) aponta que seriam três as relações de que deveria ocupar-se umha história dos sistemas literários: as intra-sistémicas, as extra-sistémicas e as intersistémicas. Em todo o caso, insistirei de novo na advertência sobre o que antes interpretei como umha espécie de redução aos princípios de sistema e localização únicos, mediante a qual o analista tenderá equivocadamente a ignorar a existência de redes sistémicas alternativas à considerada como referência autopoietica de base, ou também à pertença a umha rede sistémica *outra* de algum factor ou relação supostamente intra-sistémico. Dito em palavras mais categóricas: em um espaço social determinado nom tem por que haver um único sistema social/cultural (é mais, esse caso seria excepcional)¹², e um factor sistémico dado pode associar-se simultaneamente (a maioria o fazem) a diversas redes sistémicas, em definitiva, a diversos sistemas.

Na concreção dos limites sistémicos seria produtivo fixar-se nom só nas interferências e no que caberia denominar dimensão relacional *paratáctica* —âmbito do que se vem ocupando assim mesmo a historiografia comparatista com desigual fortuna— senom também na dimensão relacional *hipotáctica*, mais pendente das juntas-disjuntas e dos encaixes polissistema-sistema-subsistema que de umha visão intersistémica central-central ou central-radial. O relevante é entender que o sistema cultural é sempre um sistema complexo em razão de limites, inter-relações e hierarquizações¹³.

Em umha publicação anterior explorei a rendibilidade operativa da noção de *delegação sistémica*, próxima à de subsistema¹⁴ e igualmente receptiva ao modelo bourdiano dos campos sociais e ao que poderíamos catalogar como umha topologia de sistemas (Casas, 2003: 74-75). Por afectar às relações intersistémicas hipotácticas tentarei redefinir o conceito com maior precisão. Umha delegação sistémica é o resultado de umha interferência entre sistemas culturais que projecta à escala e com carácter global o centro do sistema fonte no centro ou na periferia do sistema receptor¹⁵. Do que se trata, pois, é de que se exporta ou desloca em escala menor a outro sistema o conjunto de características funcionais que definem o centro do sistema fonte.

NOTAS

12 | Lembre-se a diáfana posição de Even-Zohar ao respeito e as suas reservas sobre qualquer redução da heterogeneidade nos estudos literários: «The acuteness of heterogeneity in culture is perhaps most “palpable,” as it were, in such cases as when a certain society is bior multilingual (a state that used to be common in most European communities up to recent times). Within the realm of literature, for instance, this is manifested in a situation where a community possesses two (or more) literary systems, two “literatures,” as it were. For students of literature, to overcome such cases by confining themselves to only one of these, ignoring the other, is naturally more “convenient” than dealing with them both. Actually, this is a common practice in literary studies; how inadequate the results are cannot be overstated» (Even-Zohar, 1990: 12).

13 | Também —privilegiando nisto a atenção a Lotman— que a fronteira semiosférica é um factor simultâneo de organização (cara a dentro) e de desorganização (cara a fora).

14 | Empregada esta por Elias Torres Feijó em distintos trabalhos a partir do ano 2000 e aplicada nas investigações sistémico-culturais do Grupo Galabra, por ele dirigido. Sobre a teorização de Torres Feijó, muito conectada com o modelo de Even-Zohar, voltarei mais adiante.

15 | Nom poria inconveniente a substituir «sistema receptor» por «cultura receptora» se se registra insuficiência sistémica. Em processos históricos de colonização ou de expansão imperialista a delegação sistémica formaria parte do aparato de assimilação cultural que sucede

A existência da delegação sistémica liga-se a dous possíveis factores: o prestígio do sistema fonte e/ou um certo grau de proximidade sistémica. Tal proximidade pode ser de índole geográfica, lingüística, político-administrativa, cultural, ideológica, religiosa... A marca de globalidade pressupom que a projecção à escala do centro do sistema fonte nom se limita a elementos de repertório, senom também de mercado, de consumo e sobretudo institucionais. Portanto, essa globalidade projectada acaba implicando um repto ao mantimento de umha identidade unida no sistema receptor (ou na cultura receptora): a delegação sistémica, em quanto *sistema à escala*, entra em concorrência com o sistema receptor e desestabiliza ou dilui as suas chaves identitárias.

Além disto, a interferência descrita sujeita-se plenamente às leis da interferência cultural postuladas por Even-Zohar desde 1990, o qual significa, entre outros extremos, que se produz de modo unidireccional desde um sistema forte ou prestigiado a outro sistema fraco ou dominado; ou, noutras ocasiões, a um sistema emergente em processo de constituição. Significa igualmente que a delegação sistémica, como resultante da interferência produzida, redistribuirá a sua identidade funcional (nom necessariamente homóloga à do centro do sistema fonte) e normalmente simplificará, regularizará e esquematizará os elementos e relações importados ou apropriados, se bem tenderá a manter umha relação de dependência com o sistema fonte. Essa simplificação redundará, por exemplo, em umha aceitação da minorização sistémica própria, em umha interiorização da subalternidade e em umha limitação ao *local* e *menor* das aspirações de todo sistema cultural autónomo. Por outra parte, quando se diz que a projecção sobre o sistema receptor pode recair no seu centro ou na sua periferia, quer indicar-se que a localização funcional da delegação sistémica terá umha fortaleza/prestígio e exercerá um domínio variáveis, que dependerám das circunstâncias históricas.

Nom se tem sinalado entre os investigadores vinculados com o paradigma sistémico a notável quantidade de ocasiões em que Even-Zohar fala de *comunidades*, noçom acaso ambígua em sentido teórico-sistémico mas nom tanto como referente cultural¹⁶. Precisamente, a incorporação que sugiro do conceito de delegação sistémica tem um encaixe simples no marco das relações entre comunidades vinculadas por alguma relação de domínio e submetimento ou por laços históricos derivados de processos de expansom ou colonização¹⁷. De aí a equiparação última a umha polaridade sistema-subsistema e às dinâmicas de emancipação/submetimento.

Apartir de aqui, como proceder a umha historização da complexidade e da heterogeneidade? Semelha claro que as dimensões geográfica

NOTAS

à fase de maior rigor na aculturação das comunidades submetidas. Nestes casos, acaba sempre por aparecer e estabelecer-se umha burocracia intelectual que é um dos mecanismos mais efectivos na consolidação da hegemonia e que, à sua vez, acabará sendo alvo preferente das reacções contra-hegemónicas de resistência cultural. Doutra banda, nos processos modernos e contemporâneos de centralização derivados da constituição de estados que planificam umha homogeneização cultural (praticamente todos), as delegações sistémicas formam parte das correias de transmissão hierarquizadoras que aspiram a instaurar um reconhecimento da superioridade da cultura nacional-estatal sobre as manifestações estereotipadas e minoradas do presentado como local/regional.

16 | De facto, nom semelha demasiado arriscada a conjectura de que nos trabalhos de Even-Zohar «comunidade» é equiparável a maior parte das vezes a «nação». Quiçá nom devam equacionar-se ambos os termos e conceitos no discurso deste teórico, mas quase sempre e como mínimo — reitere-o — o uso do primeiro engloba o significado do segundo, às vezes sem menor/menor extensom perceptível. A esta luz, talvez seria necessário matizar a posição de González-Millán (2001: 304) sobre o silêncio ou relegação implícita da lógica discursiva nacional nos textos teóricos de Even-Zohar, juízo que estendeu aos de Pierre Bourdieu.

17 | Even-Zohar estabelece nas suas propostas que centro e periferia nom se configuram necessariamente nos polissistemas culturais

e lingüística, inesquívaveis na historiografia literaria, saem também ao passo quando se opta pola perspectiva sistémica. Umha e outra deveriam concentrar umha parte importante dos esforços justamente em pensar a correlaçom autopoiese-entorno, em pensar os limites e o extra-sistémico como factores construtivos do sistema, algo que a HL de base nacional nunca fijo¹⁸, basicamente por assumir a centralidade da ideia da naçom como modelo normativo que se afirma em operativos de exclusom e que deixa em suspenso *ad kalendas graecas* qualquer reconhecimento sobre o seu estatuto inventado/postulado e acordado por consenso/imposto.

Mas existe mais um factor que afecta a essa correlaçom autopoiese-entorno nos sistemas culturais e em particular nos literários: o fenómeno da traduçom, excluído quase sempre da perspectiva histórica-historiográfica apesar de resultar capital baixo um ponto de vista sistémico, e nom precisamente por entender a literatura traduzida como série *justaposta* de produtos e repertórios secundários senom como parte integrante, em pé de igualdade, da rede de factores sistémicos que definem o polissistema.

Entom, descartada a burda equiparaçom entre sistema literário e literatura nacional, que fazer? Fixar como referente da HL a cultura, a língua, o espaço social, a esfera pública, a etnia, a comunidade, o território... e, portanto, *umha* cultura, *umha* língua, *um* espaço social, *um* território dados? A soluçom nom é única, e claramente dependerá da planificaçom prévia e dos efeitos procurados polos agentes que assumam o programa historiográfico.

José Lambert vem reclamando desde começos dos anos 90 que se privilegie umha localizaçom espacial-administrativa («literatura em A», alternativa a «literatura de A»), nom exactamente descrita como territorial, na que se trataria de observar as *formas de coabitaçom* entre literaturas/línguas/culturas e as instituïçoms públicas, sobretudo o Estado. Além do alcance das aplicaçoms específicas desenvolvidas por Lambert a propósito das sociedades multilíngües e multiculturais, a proposta tem interesse. E ademais activa encaixes produtivos com o *spatial turn* vivido nos últimos decénios polas ciências sociais. Justamente por isto, aponte em um trabalho recente à possibilidade de desenvolvimento de umha geohistoriografia literária organicamente pendente das dimensoms local, regional, nacional e mundial da cultura literária (Casas 2005), para a qual constatee a existência de quatro programas de investigaçom em marcha com resultados aproveitáveis. Som os devidos a Dionýz Durišin e à Escola de Bratislava, às teorias empírico-sistémicas (Schmidt, Even-Zohar, Tötösy de Zepetnek, o CRELIQ e logo o CRILCQ no Quebeque), aos estudos pós-coloniais e sobre a subalternidade e a Mario J. Valdés e o Comité de História literária comparada da Associação Internacional de Literatura Comparada.

NOTAS

como posiçoms singularizadas. Em um mesmo polissistema é possível que existam vários centros e várias periferias. Interpreto que quanto mais complexo seja o polissistema, em funçom da dinâmica das relaçoms entre factores ou em funçom dos subsistemas integrados, maiores possibilidades haverá de geraçom de centros-periferias digamos *sectoriais*. Fica para outro lugar o estudo de umha possível adaptaçom do conceito de delegaçom sistémica em sentido intra-sistémico (na linha de hierarquia hipotáctica sistema-subsistema), que iria associada a umha dupla funcionalidade principal, a coesom e o controlo. Em definitiva, a umha *provincializaçom* ecóica da cultura no sentido central-radial.

18 | Estimo que nem sequer em projectos receptivos ao paradigma empírico-sistémico. Um caso significado é o representado polo projecto *La Vie littéraire au Québec*, na actualidade dirigido por Denis Saint-Jacques e Maurice Lemire, com cinco volumes publicados de um total de oito projectados. Nos volumes III, IV e V aparece um capítulo inicial intitulado «Les déterminations étrangères du champ littéraire», mas nom julgo que alcance a ocupar-se das tarefas concretas que acabo de sinalar como obrigadas. O capítulo correspondente ao volume V, por exemplo, centra a atençom em três esferas de relaçoms exteriores: a literatura francesa, o catolicismo e a cultura estado-unidense (Saint-Jacques e Lemire, 2005: 9-29).

Cingindo-nos só à segunda dessas perspectivas, a questão dos limites sistémicos carece a dia de hoje de umha solução de consenso, em especial a propósito das que denominei relações hipotáticas. Porém, considero que o seu estudo alcança no modelo analítico de Torres Feijó (2004) úteis ferramentas a propósito da dialéctica sistema-subsistema, com integração assim mesmo de conceitos tam operativos para umha HL de base sistémica como os de *protossistema*, *parassistema* ou *enclave*¹⁹. A diferenciação prévia formulada por Torres Feijó (2004: 428) entre *espaço social e conjuntos sociais* incorpora em realidade algo mais que as formas de coabitação de Lambert, ao outorgar peso analítico nom ao reconhecimento institucional da diferença senom à consciência sociocultural da diferença/dependência/conflito e à decisão e capacidade de intervir a fim de geri-los e negociá-los na esfera pública. Parece-me umha opção viável e prometedora que haveria que contrastar em relação aos diferentes marcos sistémicos. Por exemplo, o das culturas pós-coloniais latino-americanas no século XIX, no que a dialéctica historiográfica entre sectores conservadores e liberais oferece dados de grande alcance político-institucional, culturológico e performativo em dependência dos modos e dos ritmos com os que produziu o acesso à independência nas distintas repúblicas —os casos extremos poderiam ser o chileno e o mexicano—, mas também em razão do grau de implantação e consolidação das tradições coloniais²⁰.

O fundamental, na problematização aqui estabelecida, seria a alternativa historiográfica que desde aqueles marcos sistémicos for factível formular. A opção de constituir umha HL sistémica como suma integrada de umha série de histórias parciais dos factores vinculados à rede investigada (história dos repertórios, do consumo, das instituições...) é nom só inapropriada senom absurda e estéril de um ponto de vista sistémico. Do mesmo modo, a opção de configurar a HL de um polissistema por adição das histórias sectoriais dos seus subsistemas carece de sentido. Apesar disto, existe um número apreciável de tentativas dessa classe de observações, com frequência autoproclamadas *sistémicas*. Sobre elas, só cabe admitir o seu carácter básico e ancilar, nada mais. O tipo de programas que representam é claramente insuficiente, por quanto umha história sistémica obriga-se a dar conta ante todo das relações de interdependência factorial (ou, na segunda vertente, das relações hipotáticas sistema-subsistema) e nom existe possibilidade nengumha de descrever funcionalmente os factores do polissistema (ou, na segunda vertente, os subsistemas) de forma isolada e autonomizadora. Traçar de modo autónomo a história de um factor ou a correspondente a um subsistema —ou, noutra plano, reduzir a heterogeneidade a homogeneidade— nom é fazer análise sistémica.

*

NOTAS

19 | O subsistema caracteriza-se neste modelo teórico por acolher «práticas que, mantendo especificidades a respeito do sistema originário, nom pretendem impugnar a sua pertença a este (o que, provisoriamente e de forma insuficiente e esquemática, se pode fazer equivaler a “literaturas regionais” tal como entendidas, por exemplo, no contexto cultural ibérico)» (Torres Feijó, 2004: 429). O protossistema acolheria porém «práticas tendentes à configuração de um novo sistema segregado do sistema a que se está vinculado». E o parassistema existirá em canto houver «redes culturais, com vínculos de compartição exclusiva entre os seus membros, que actuam e se desenvolvem em um espaço social ocupado por um sistema a que nom pretende substituir nem impugnar mas com o qual nom se vincula em modo nengum, do qual nom fai parte» (Torres exemplifica com as práticas culturais das comunidades ciganas em distintos espaços sociais europeus). Finalmente, um enclave é um espaço social que se vincula a outro actuante e admitido como metrópole e que assume umha pertença comum a um único sistema cultural, algo relativamente corrente nas comunidades de emigrantes europeus que se instalárom nas grandes cidades americanas ao longo do século XIX e umha parte do século XX.

20 | Beatriz González Stephan (1987: 186) explicou-no com detalhe: «donde las estructuras coloniales tuvieron un arraigo más profundo, el proyecto liberal se cumplió de forma moderada, dando lugar a un conservadurismo con tintes liberales, que, paradójicamente, facilitó el surgimiento de historias literarias alrededor de la década del 60 [s. XIX].

A partir de aqui, referirei-me de maneira muito mais sucinta aos outros três reptos de umha HL sistémica. Em primeiro lugar, tratarei sobre a dialéctica entre produtos e possíveis. Parece provado que a análise sistémica prioriza como objecto de atenção os factores e as relações existentes (existentes em quanto efectivos, actualizados), e que, como mínimo, deixa em um segundo plano a investigação sobre alternativas possíveis de constituição factorial e da rede relacional vinculada. Isto obedece seguramente a um dos objectivos heurísticos ressaltados por Even-Zohar, sobretudo na sua revisão da teoria dos polissistemas: a tentativa de reduzir os parâmetros, e as conexões entre eles, a fim de que o objecto de estudo sistémico assegure um carácter empírico. Para ser exactos, haverá que acrescentar que a teoria dos polissistemas assume o que Lotman e Uspenski (2000: 191) denominam *princípio de alternatividade*, pelo qual elementos, ordenações ou estruturas semiótico-culturais —incluído o sistema semiótico íntegro— som percebidos como alternativas.

Na dialéctica produtos-possíveis, contemplada basicamente na perspectiva do repertório e na da correlação «*culture-as-goods*»/«*culture-as-tools*»²¹, Even-Zohar tem presentes vários modelos, entre eles os da socióloga Ann Swidler e os da escola de Tartu-Moscova (Lotman, Uspenski e Ivanov em particular)²², mas evidencia um interesse muito prioritário por dialogar com a teoria dos campos sociais de Bourdieu e em particular com a noção de *habitus*. Porém, a consideração em primeiro plano do repertório como conjunto de regras e de materiais potenciais para a produção e o consumo no marco de um sistema dado, e a própria conexão entre aquele e o par produtor-produto, resultam insuficientes para explicar todo o que na teoria dos campos sociais sim explica a correlação entre as posições ocupadas no campo, o espaço dos possíveis e as tomadas de posição entendidas como eleições entre possibilidades.

Segundo postula Bourdieu, o espaço dos possíveis é um sistema de coordenadas que medeia sempre entre as posições e as tomadas de posições efectivas tal como umhas e outras som percebidas desde um *habitus* concreto. Que oferece o espaço dos possíveis como objecto de análise diacrónica para umha história do campo? Bourdieu (1992) sinala, entre outras metas, a constituição das *trajetórias sociais* de grupos de agentes, entendidas como as séries de posições ocupadas em espaços sucessivos em interdependência com os respectivos espaços dos possíveis. Entendo que tam complexa tarefa, necessária mas nom suficiente como programa historiográfico de base sistémica, carece de comparação no modelo de Even-Zohar.

O terceiro repto anunciado consiste na prática em umha opção

NOTAS

Epistemológicamente el discurso histórico tenía un asidero: fundamentar la razón de la misma historicidad en y desde la Colonia, asumiendo más o menos de forma crítica el legado hispánico. Son los gobiernos conservadores los que aceleran la aparición de estas historias, independientemente de que estén concebidas bajo una perspectiva liberal o conservadora».

21 | Even-Zohar observa que a efeitos da concepção de umha nova HL, mais que optar por umha história da literatura/cultura como bens ou por umha história da literatura/cultura como ferramentas, o interessante seria habilitar umha história da interdependência de ambas as concepções, «porque podría explicar las circunstancias que hacen posible que la literatura mantenga o pierda su posición en la actividad incesante para manejar los repertorios de vida en la sociedad» (Even-Zohar, 2007: 34).

21 | La irrelevancia del contenido concreto en las producciones de la industria cultural es uno de los aspectos claves en la caracterización de Adorno y Horkheimer: «El carácter de montaje de la industria cultural, la fabricación sintética y planificada de sus productos, similar a la de la fábrica no sólo en el estudio cinematográfico, sino virtualmente también en la recopilación de biografías b

22 | Neste ponto, discrepo do juízo de Even-Zohar (p. e., em 2005: 37-38) sobre o carácter passivo da noção de cultura em Lotman. Em colaboração com Uspenski, Lotman explicou a cultura como mecanismo semiótico de produção de textos (e lembre-se o sentido específico deste conceito na escola de Tartu-Moscova).

entre modelos de articulação da diacronia. Entre a seqüenciação tradicional e a policronia dinâmica, este segundo modelo parece o idóneo para a concreção das mudanças sistémicas mediante um critério comparativo entre cortes temporais, que, como antes se indicou, poderiam ler-se como umha sucessom discreta de estados de sistema submetidos a contraste. Deste modo, ademais, a combinatória descriçom-narraçom ofereceria mecanismos de segurança limitadores da tendência omni-compreensiva e uniformizadora do relato historicista tradicional e da autoridade homogeneizadora do narrador-historiador. Limitaria assim mesmo a propensom causalista e a ordenaçom cronocausal da realidade documentada. E activaria quando menos umha disposiçom crítica frente ao que Hayden White estudou como *meta-história*, isto é, a infra-estrutura discursiva que prefigura umha opçom topológica constituinte do discurso historiográfico e que em realidade seria prévia à diversificaçom de propostas por motivaçons ideológicas ou metodológicas.

Finalmente, umha HL de fundamentaçom sistémica teria que resolver o que alguns chamariam a *aporia crítica*. A expressom é sem lugar a dúvidas muito exagerada, e ademais está desfocada. Nas premissas sistémicas, concordantes neste ponto com o que noutra altura significárom a *nouvelle histoire*, ou história das mentalidades, e anos depois a história cultural e os Subaltern Studies, nom se aceita a preeminência do socialmente prestigiado como objecto privilegiado de estudo. Como diz Even-Zohar (2007: 5), nom se pode confundir a investigaçom com a crítica, a análise com a atribuiçom de valores. Por isso mesmo, na investigaçom sistémica nom se discrimina a atençom à produçom cultural marginal ou à nom prestigiada. Porque, como sublinha o teórico no mesmo lugar, nengumha ciência pode permitir-se seleccionar a matéria que investiga a partir de critérios que tenham que ver com o gosto e com juízos de valor. Todo isto é indiscutível. Apesar do qual deverá advertir-se que *crítica* nom é um conceito que necessariamente remeta a valoraçom pessoal ou a um horizonte axiológico. Nem muito menos.

Conforme antes se adiantou, existem duas vertentes da suposta *aporia crítica* que se fai necessário esclarecer. A primeira tem que ver com a selecçom do que se submeterá a exame. Nom existe possibilidade nengumha de investigar a totalidade, e ademais, como tem lembrado Valdés ao fio do debate sobre a laboriosa empresa de planificar umha história das culturas literárias latino-americanas, multiplicidade e heterogeneidade nom some equiparáveis na totalidade. Neste sentido, a aspiraçom à documentaçom e à transcriçom do absoluto dos dados supom um programa inabordável e inassumível. Para umha HL de base sistémica ou para qualquer outra via focada no século XXI em sentido historiográfico. A resistêcia à tentaçom neopositivista deveria ser nesta ordem um princípio firme da HL por

NOTAS

Careço de espaço para ampliar argumentaçons, polo que me limito a citar: «La cultura en general puede ser presentada como un conjunto de textos; sin embargo, desde el punto de vista del investigador es más exacto hablar de la cultura como de un *mecanismo que crea* un conjunto de textos, y de los textos como de la *realización* de una cultura» (Lotman & Uspenski, 2000: 178; o itálico é meu).

vir.

A alternativa é simples. Consiste na aceitação do princípio de selecção crítica de referentes (agentes, repertórios, produtos, eventos, instituições, espaço dos possíveis, tomadas de posição...) como garantia de uma representação da heterogeneidade. Partindo da proposta formulada por Even-Zohar de que também a investigação sincrónica (e não só a diacrónica) é histórica de raiz quando se resolve com metodologia sistémica, o mesmo critério tem aplicabilidade à análise do sistema cultural no marco de uma teoria de sistemas estáticos.

Limitarei agora a segunda vertente, que mais acima se introduziu da mão da chamada *operação historiográfica*, à esfera autorial do investigador-historiador e às conexões que este possa traçar entre o sistema/tempo analisado e o sistema/tempo próprio, que é o da sua investigação-escrita. O debate teórico é suficientemente conhecido. O fundamental é o facto de que toda historização de um passado pressupõe uma compreensão *experencial* do presente. Antes de qualquer outra razão, porque o presente é o único lugar possível desde o que exercer a observação da história e desde o que proceder a uma enunciação historiográfica. Já neste sentido inicial, não existe possibilidade de uma história acrítica ou não performativa. Motivo pelo qual alguns teóricos da história falam de que o ofício de historiador é um ofício de mediação. E não falta quem estabelece um correlato pragmático entre história e tradução. Mas mais que a esta classe de considerações quereria dirigir-me, para rematar, ao terreno do que antes tratámos como *história efectiva*.

No breve texto de Gaspárov que se citou e também nas páginas que Lotman e Uspenski dedicaram a uma errónea aplicação dos princípios de auto-descrição e auto-compreensão das culturas, menciona-se a tendência dos historiadores literários a introduzir a informação sobre a recepção de um determinado autor ou poética, em épocas posteriores às suas próprias, como um complemento da análise realizada sobre aqueles. Incorreria-se assim em uma deslocação não justificável, porque o interesse dessas propostas recai precisamente sobre os seus enunciadores, participantes em uma história de efeitos aberta no tempo e nas interpretações/análises dos eventos, dos agentes e dos processos.

Pois bem, uma HL de base sistémica deveria assumir o compromisso de atender e incorporar esses efeitos, não limitando-se a uma observação supostamente desprejuizada e objectivista de fenómenos históricos. E julgo que deveria assim mesmo pensar, e declarar, a posição e o espaço dos possíveis desde os que operam o próprio analista-historiador e o seu discurso. Isto não tem por que conduzir a um programa hermenêutico nem a uma ego-história;

tampouco a umha saída epistemológica como a alcançada por Mieke Bal e a Amsterdam School for Cultural Analysis (Bal 1999), na que o passado interessa fundamentalmente como umha parte do presente, e a análise cultural —por oposiçom à história— é entendida como *memória cultural no presente*. Mas sim seria oportuno que activasse, quando menos, um exercício de auto-análise como o afrontado por Pierre Bourdieu em diversos momentos da sua trajectória. Porque quem negará validade às palavras com as que ponho fim a estas reflexons? «Comprender significa compreender primeiro o campo com o qual e contra o qual um se foi fazendo».

Bibliografia

- BAL, M. (ed.) (1999): *The Practice of Cultural Analysis. Exposing Interdisciplinary Interpretation*, Stanford: Stanford University Press.
- BOURDIEU, P. (1992): *Les Règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*, Paris: Éditions du Seuil.
- BOURDIEU, P. (1994): *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*, Paris: Éditions du Seuil.
- BOURDIEU, P. (1997): *Méditations pascaliennes*, Paris: Éditions du Seuil.
- CASAS, A. (2003): «Sistema interliterario y planificación historiográfica a propósito del espacio geocultural ibérico», *Interlitteraria*, 8, 68-97. Acesso em <<http://web.usc.es/~tlcasas/docs/IL8.htm>>, [21/02/2008].
- CASAS, A. (2005): «“Local”, “Regional”, “Nacional”, “Mundial”: Dimensões da História literária», em Campos Fernandes, M.P. (coord.), *História(s) da literatura. Actas do 1º Congresso Internacional de Teoria da Literatura e Literaturas Lusófonas*, Coimbra: Almedina & Universidade do Minho, 89-110.
- CERTEAU, M. (1975): *L'Écriture de l'histoire*, Paris: Gallimard.
- CESERANI, R. (1990): *Raccontare la letteratura*, Torino: Bollati Boringhieri.
- EVEN-ZOHAR, I. (1978): *Papers in Historical Poetics*, Tel Aviv: The Porter Institute for Poetics and Semiotics. Acesso em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/php1978.pdf>>, [21/02/2008].
- EVEN-ZOHAR, I. (1990): «Polysystem Theory», *Poetics Today*, 11, 1, 7-94. Acesso em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/ez-pss1990.pdf>>, [21/02/2008].
- EVEN-ZOHAR, I. (2005): *Papers in Cultural Research*, Tel Aviv: Unit of Culture Research, Tel Aviv University. Acesso em <<http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/books/EZ-CR-2005.pdf>>, [21/02/2008].
- EVEN-ZOHAR, I. (2007): *Polisistemas de cultura (Un libro electrónico provisional)*, Tel Aviv: Universidad de Tel Aviv & Cátedra de Semiótica. Acesso em <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/polisistemas_de_cultura2007.pdf>, [21/02/2008].
- GASPÁROV, M. L. (2007): «¿Cómo escribir la historia literaria?», *Entretextos. Revista Electrónica Semestral de Estudios Semióticos de la Cultura*, 9. Acesso em <<http://www.ugr.es/~mcaceres/entretextos/entre9/gasparov.html>>, [21/02/2008].
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X. (2001): «Os problemas dunha lectura (poli)sistémica da literatura» em Lozano-Renieblas, I e Mercado, J.C. (eds.), *Silva. Studia Philologica in honorem Isaías Lerner*, Madrid: Castalia, 301-313.
- GONZÁLEZ-MILLÁN, X. (2006): «Menéndez Pelayo y su proyecto historiográfico de una “nacionalidad literaria” española plurilingüe», *Boletín de la Biblioteca de Menéndez Pelayo*, LXXXII, 393-428.
- GONZÁLEZ STEPHAN, B. (1987): *La historiografía literaria del liberalismo hispanoamericano del siglo XIX*, La Habana: Casa de las Américas.
- HUTCHEON, L. e VALDÉS, M.J. (eds.) (2002): *Rethinking Literary History: A Dialogue on Theory*, Oxford e New York: Oxford University Press.
- LACAPRA, D. (2004): *History in Transit: Experience, Identity, Critical Theory*, Ithaca: Cornell University Press.
- LOTMAN, I. M., e USPENSKI, B.A. (2000): «Sobre el mecanismo semiótico de la cultura» em Lotman, I.M., *La semiosfera III. Semiótica de las artes y de la cultura*, Madrid: Cátedra & Universitat de València, 168-193. [Original russo de 1993].
- MALDONADO ALEMÁN, M. (2006): «La historiografía literaria. Una aproximación sistémica», *Revista de Filología Alemana*, 14, 9-40. Acesso em <<http://www.ucm.es/BUCM/revistas/fil/11330406/articulos/RFAL0606110009A.PDF>>, [21/02/2008].
- OLINTO, H. K. (1996): «Interesses e paixões: histórias de literatura», em Olinto, H.K. (ed.), *Histórias de literatura. As novas teorias alemãs*, São Paulo: Ática, 15-45.
- SAINT-JACQUES, D. e LEMIRE, M. (dirs.) (2005): *La Vie littéraire au Québec V: 1895-1918*, Sainte-Foy: Les Presses de l'Université Laval.
- SEVILLA, S. (2000): *Crítica, historia y política*, Madrid: Cátedra & Universitat de València.
- STEINER, P. (1984): *Russian Formalism: A Metapoetics*, Ithaca: Cornell University Press, 1984. Cita-se pela tradução ao castelhano: *El formalismo ruso. Una metapoética*, Madrid: Akal, 2001.

- STONE, L. (1981): *The Past and the Present*, London: Routledge & Kegan Paul.
- TORRES FEIJÓ, E. J. (2004): «Contributos sobre o objecto de estudo e metodologia sistémica. Sistemas literários e literaturas nacionais» em Abuín González, A. e Tarrío Varela, A. (eds.), *Bases metodolóxicas para unha historia comparada das literaturas na península Ibérica*, Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 423-444.
- VODIČKA, F. (1995): *La historia literaria: sus problemas y tareas*, València: Episteme. [Original checo de 1942]. Acesso na revista *Criterios* <<http://www.criterios.es/pdf/vodickahistorialiteraria.pdf>>, [21/02/2008].